

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): reflexões e análises a respeito do processo de inclusão como princípio educativo no mercado de trabalho no Município de Vila Velha-ES.

Autor: Prof. Esp. André Luiz Gomes de Souza; Co-autora: Profa Ma. Flavia Costa Lima Dubberstein

Prefeitura Municipal de Vila Velha – andrehistoria54@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Cariacica – flaviaclima22@gmail.com

Resumo

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) trata-se de um programa proposto como uma alternativa no processo de formação de trabalhadores no Brasil, por se compreender como integração das modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao mesmo tempo à Educação Profissional, visando além da certificação técnica, a elevação da escolaridade. Nessa perspectiva, pressupomos que o PROEJA corresponde à uma proposta de formação profissional e do ensino médio para àqueles que historicamente foram excluídos da escola. Considerando a atual realidade brasileira, como entraves dos Governos, no que se refere à garantia do direito de todos os cidadãos a terem acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, nosso trabalho apresenta uma parceria desenvolvida entre o município de Vila Velha e o IFES. Por meio desta, intentamos conscientizar os alunos das 8^a séries, por meio da importância de ingressar, passando pelo processo seletivo, e após tantos anos de exclusão, esse grupo ter a possibilidade de ser aproveitado com o aprendizado técnico aliado à formação humana. Nosso olhar considera um diagnóstico observado especificamente na UMEFTI Macionilia Maurício Bueno. Os resultados vêm sendo “satisfatórios”, pois a cada ano, os trabalhos desenvolvidos pelos professores nas Unidades de Ensino, traz como desdobramento o aumento na participação do aluno e o interesse em estudar em uma instituição com tamanho prestígio e reconhecimento pela oferta de ensino de qualidade em nível de Brasil e no estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: PROEJA; formação humana; inclusão; município de Vila Velha.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, instituído originalmente, em junho de 2005, somente no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica e abrangendo apenas a educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), passou por uma reestruturação cujas diretrizes encontram-se organizadas pelo Decreto n o 5.840, de 13 de julho de 2006. Nessa nova fase, o Programa passou a abranger também cursos de formação inicial e continuada, ampliando-se para à educação básica EJA. É interessante salientar que o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, anteriormente a instituição era um Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFETES.

A justificativa para a apresentação do PROEJA, parte do pressuposto de que as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais, acarretando um aumento da demanda social por políticas públicas voltadas a esta esfera. Políticas estas, que precisam pautar o incremento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em teorias bem estabelecidas, respeitando as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar.

Visando contribuir com a discussão acerca do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA, apresentaremos algumas reflexões e fundamentos de cunho histórico-político da EJA no município de Vila Velha, frente ao debate sobre a construção do projeto político-pedagógico que contemple as especificidades dessa modalidade organizativa de ensino, uma vez que esse debate é de extrema importância para se vislumbrar uma educação que conduza os sujeitos à uma emancipação sociopolítica.

Desse modo, a educação, formação e trabalho são campos sociais sobre os quais impactam de forma bastante significativa às permanentes e aceleradas transformações (culturais, tecnológicas, políticas, econômicas) da sociedade contemporânea. Certos disso, ainda que tema clássico de estudos e pesquisas no campo sociológico e pedagógico, o seu estudo assume contornos e conteúdos atuais diferenciados, com o advento das inovações no campo das tecnologias, das filosofias de gestão e dos processos de globalização, que, por sua vez,

geram implicações e novas demandas para educação e para a formação profissional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, destinada ao atendimento de alunos que não tiveram na idade própria acesso ou continuidade ao estudo no Ensino Fundamental e Médio, conforme regulamenta o Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96. Ocorre que, para a consolidação da EJA como uma modalidade educativa inscrita no campo do direito social, é preciso que se supere a concepção de modalidade compensatória, como histórica e politicamente vem ocorrendo no Brasil, tendo em vista que os seus objetivos não devem se concentrar na recuperação temporal da escolaridade.

No Brasil, em particular¹, estamos no século XXI, diante de uma série de desafios educacionais, sobretudo para as populações pobres e de regiões menos favorecidas socioeconomicamente, que comportam internamente realidades tão desiguais fazendo com que as possibilidades e os desafios da educação permanente também estejam colocados para extensas parcelas de nossa população.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar as condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e a pobreza comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos. Diante disso, faz-se necessário entender que, além da ampliação da percepção das dimensões de tempo e do espaço no processo ensino-aprendizagem, as propostas político-pedagógicas que atendem aos sujeitos que estudam nessa modalidade educativa devem estabelecer uma relação mais estreita com o seu entorno sociocultural, com intuito de promoção do desenvolvimento de práticas que vislumbrem uma escola associada à sua vida, identidade e especificidades.

Nesse particular, alguns mecanismos de conscientização são importantes para que o ato educativo seja dimensionado sem as arestas do preconceito social, pois, a consciência do direito à educação e a mobilização em sua defesa crescem entre a população jovem e adulta excluída do e no sistema escolar fazendo com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a elas destinadas.

¹ Nos referimos à esta particularidade, considerando que a referência utilizada para contabilidade do séculos não é universalmente cristã, assim como o modelo brasileiro.

Sabemos que a EJA no Brasil ainda não ocupa uma posição privilegiada no conjunto das políticas de educação e os cidadãos vinculados à essa modalidade de ensino são marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens materiais, comprometendo a participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura desses indivíduos, segundo esclarece o documento base do PROEJA (BRASIL, 2007).

Por isso, considerar as heterogeneidades desses sujeitos, suas identidades, suas peculiaridades e expectativas em relação à escola, constituem em importantes indicadores para a elaboração de um projeto político-pedagógico e curricular que contemple um processo educacional com qualidade socialmente referenciada, assim como os processos formativos de educação (inicial e continuada), os vínculos ao mundo do trabalho e às práticas sociais emancipatórias, desenvolvendo a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana enquanto cidadão no seio da família e dos demais grupos que compõem a sociedade.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Em 2017, foi desenvolvido uma metodologia de trabalho ²junto aos alunos, e foram alcançados resultados quantitativamente satisfatórios, com um elevado índice de aprovação no PROEJA. Esses números são compartilhados com a Secretaria de Educação de Vila Velha (SEMED).

A primeira iniciativa do projeto de trabalho é a exposição do PROEJA para os alunos, pois, quase na sua totalidade, não conhecem o programa e muitos casos nunca “ouviram” falar do IFES, nem tampouco sabem a localização dos campi da Região Metropolitana da Grande Vitória, em que estão geograficamente inseridos e domiciliados. Depois de explicar como funciona o ingresso ao projeto (processo seletivo, localização geográfica, cursos oferecidos), apresentamos os desafios. Conscientização aos alunos da importância na formação humana e também profissional. Muitos alegam que não têm “capacidade” de passar e até mesmo, alegam questões quanto ao deslocamento, por “acharem longe”, e aliado com a necessidade de usarem o transporte público, em que , muitos não teriam condição de pagar.

Após isso, realizamos a busca por informações para sabermos quais os alunos que estariam aptos a participarem do processo seletivo e os documentos que faltam, tais como histórico e

² O autor desse artigo, Professor André Luiz Gomes de Souza, atua na Unidade de Ensino UMEFTI Maciônica Maurício Bueno, e esteve como Professor Referência na aplicação dessa metodologia de trabalho.

até mesmo documentos pessoais na secretaria da escola. Feito esses levantamentos, é informado aos alunos quais são os documentos que faltam, para que possam ser providenciados para não terem dificuldades na efetivação da matrícula, caso sejam aprovados no processo seletivo. Pode-se observar que alguns alunos não possuem documentos pessoais, pois, “acham” desnecessários, o caso mais comum é o título de eleitor, e desse modo atentamos que isso é um reflexo da política que estamos experienciando nos últimos anos.

Feito esses dois momentos, sem contudo atrapalhar o andamento das aulas, é apresentado aos alunos vídeos que falam sobre os cursos oferecidos. Esses vídeos são apresentados e preparados pelo próprio IFES e devido a parceria com o município, disponibilizado para a equipe de EJA. Tal dinâmica, promove facilidade quanto a decisão pela escolha do curso por parte dos alunos., no entanto ainda assim surgem dúvidas, tendo o professor intervir nesses casos mais específicos.

Paralelo a esses momentos citados acima, é desenvolvido com a Equipe Técnica Pedagógica, Corpo Docente e demais funcionários, uma mobilização para incentivar os alunos a praticarem leituras de textos, jornais e livros, com o objetivo de facilitar a realização da prova de Língua Portuguesa, esse processo tem a participação direta do professor que ministra a disciplina. Com o auxílio do professor orientador e a atuação do professor de matemática, há uma adaptação do currículo de matemática, junto aos conteúdos que são cobrados na prova do IFES, em que o professor além de expor os conteúdos, ensinam exercícios específicos voltados à esses alunos que pretendem o PROEJA.

Os alunos da UMFTI Macionilia são submetidos à dois simulados por semestre. Simulados que não entram na composição das notas necessárias para a sua aprovação na escola, mas com dois propósitos básicos: apresentar aos alunos a formalização da prova e o preenchimento do gabarito, considerando a dificuldade de muitos deles, além de possibilitar uma situação similar ao Processo Seletivo do IFES. A execução dos simulados, é de suma importância, além dos alunos chegarem mais “preparados” eles chegam mais confiantes para realizarem o processo.

A prova não é a única forma do processo seletivo, é realizada uma análise sócio-educacional, preenchida no ato da inscrição do aluno. Outra etapa avaliativa, se dá por meio de uma palestra oferecida pelo IFES, com o valor de 10 pontos. Com intuito de incentivar aos alunos a assistirem a palestra, a Unidade de Ensino disponibiliza o transporte e o professor orientador acompanha os alunos, aproveitando para mostrar o

prédio, a estrutura, os alunos que ali estudam, fazendo aumentar a auto-estima do aluno da EJA e incentivar a participação no processo seletivo como uma possibilidade de mudança nas de vida, e ao mesmo tempo aumento das possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Por fim, como a última etapa dos trabalhos desenvolvidos no semestre, fazemos o acompanhamento dos alunos no dia da prova, que é realizado no domingo no período do vespertino. Pode-se observar que a presença do professor nesta data, transmite uma confiança/segurança para o aluno, e percebemos que nas ocasiões em que utilizamos dessa metodologia de trabalho e acompanhamento desse grupo de alunos na escola o índice de aprovação foi além das expectativas estabelecidos pela Equipe Técnica Pedagógica e a SEMED.

DISCUSSÃO

O Documento Base (2007) afirma que os cidadãos afastados da escola, convictos da falta que faz a escolaridade, retornam à EJA por acreditar que a falta de postos de trabalho e lugares de emprego está associada exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe, no quesito desemprego estrutural. No entanto, o mesmo documento afirma que a escola pública, em geral, não consegue assegurar a educação científica, dificultando, na prática, que seus egressos alcancem uma formação humana integral ou que prossigam os estudos na educação superior.

Os motivos desse “não alcançar” muitas vezes não são inerentes ao sistema de ensino, mas a uma série de determinantes sociais e econômicos que reforçam as condições de desfavorecidos com que os jovens se defrontam as condições de desfavorecidos com que os jovens se defrontam cotidianamente. Desta forma, lhes resta, quando muito, a formação profissional de caráter meramente instrumental em uma escola patronal ou privada, para um posto de trabalho (BRASIL., 2007, P.27)

Partindo dessa prerrogativa do Documento Base, assume o trabalho como uma questão central, em sentido amplo, por meio do qual o ser humano produz e reproduz a vida, tomando o trabalho sob a concepção ontológica, onde, este é um processo que permeia todo o ser do homem constituindo sua especificidade.

O trabalho como princípio de educação, pelo entendimento de que os homens e as mulheres reproduzem sua condição humana pelo mesmo – ação transformadora no mundo, para si e para outrem, é o princípio norteador que fundamenta a

política de educação profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos.

O PROEJA pretende fomentar em termos de competências e habilidades aos egressos, capacitar profissionais com conhecimentos teórico-práticos na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas e projetos educacionais, políticas e gestão democrática, tendo em vista a sua atuação na educação profissional integrada à educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O Programa fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

- A necessidade de formação de um novo profissional que possa atuar na educação profissional integrada à educação básica na modalidade EJA como docente-pesquisador; gestor educacional de programas e projetos; e formulador e executor de políticas públicas;

- A integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, contribuindo para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam nessa esfera educativa, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência historicamente construída pela sociedade;

- Espaço para que os cursistas possam compreender e aprender uns com os outros, em fértil atividade cognitiva, emocional, contribuindo para a problematização e produção do ato educativo.

O município de Vila Velha, no setor de Educação de Jovens e Adultos, desde 2014, tem realizado parcerias, como forma de aproximação entre a Secretaria de Educação (SEMED) e o IFES. Um dos exemplos a ser citado é a ida da equipe de EJA nas Unidades de Ensino junto com profissionais do PROEJA- IFES, incentivando os alunos das 8ª séries, a realizarem o processo seletivo, no ingresso da instituição. Atualmente, são oferecidos quatro cursos profissionalizantes: Cadista; Guia de Turismo, Metalurgia e Segurança do Trabalho.

Para tanto, pode-se observar, na UMEFTI Macionilia Mauricio Bueno, que a partir da experiência com o PROEJA, nasceu uma forma de incentivar aos alunos acima de 18 anos de idade, a voltarem para a sala de aula e podendo assim não somente terminar o Ensino Fundamental, mas possibilidade de ingressar em uma instituição conceituada, fazendo o Ensino Médio paralelo com uma Educação Profissional.

Como forma de ampliar e incentivar os alunos a participarem do PROEJA, desde o ano de 2017, o

setor de Educação de Jovens e Adultos, designou um professor referência das Unidades de Ensino com o objetivo de incentivar e acompanhar, junto com a Equipe Técnica Pedagógica das escolas, um trabalho voltado especificamente com os alunos acima de 18 anos, a ingressar em um dos cursos oferecidos pelo IFES.

CONCLUSÕES

Na UMEFTI Macionilia Maurício Bueno, o trabalho de um profissional se faz necessário por uma série de desafios identificados. Como já foi citado anteriormente, o aluno da EJA vem com uma baixa auto-estima. São vários os problemas, que não serão citados novamente. Mas, dois fatores principais contribuem para essa baixa auto-estima: o processo de exclusão dos alunos, seja ele no convívio social na qual ele está inserido e do ambiente escolar. Um outro fator também relacionado com a exclusão, são as dificuldades de “adaptação” do ambiente escolar, onde, muitas vezes eles convivem com adolescentes, que muitas das vezes não tem os mesmos objetivos que um adulto.

Certos de que a modalidade EJA, com a qual atuamos, deve garantir o direito constitucional de acesso à formação escolar, por meio da escola pública como principal instância, de modo inclusivo e que atenda à todos sem distinção, nossa proposta pedagógica de trabalho para atender os alunos da UMEFTI Macionilia Maurício Bueno, tendo como foco o acesso desse grupo à um dos Programas Federais que os atendem, o PROEJA, tem como intencionalidade considerar a garantia da oferta, mobilização do grupo de alunos, o acesso, a permanência e aprendizagem significativa dos jovens e adultos na perspectiva de tamanha diversidade cultural daquela comunidade em que estão inseridos no município de Vila Velha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 5 de outubro 1988.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho 2006.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília, DF: 30 de junho de 2005.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. «Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio», em FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. y RAMOS, M. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo, Cortez: 57 – 82, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez . «Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública». In: Leôncio Soares; Maria Amélia Giovanetti; Nilma Lino Gomes. (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.